



MOVIMENTO

A CIDADE É NOSSA! MAIS AMOR ARAÇATUBA

Araçatuba, 08 de agosto de 2022

Ofício nº 001/2022-ACN

Prezada Senhora

Edna Flor

Vice-Prefeita e Secretária Municipal de Participação Cidadã

ASSUNTO: Solicitação de realização de Oficinas Temáticas como instrumentos de diagnóstico, prognósticos e proposições efetivamente participativos na revisão do Plano Diretor Municipal.

Vimos respeitosa e encarecidamente à vossa pessoa solicitar que a Prefeitura Municipal de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Participação Cidadã e eventuais outras secretarias pertinentes, no âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal, realize oficinas temáticas participativas.

Nós do movimento “A Cidade é Nossa. Mais Amor, Araçatuba” realizamos duas rodas de conversa que contaram com cidadãos representantes de segmentos sociais da comunidade araçatubense como profissionais do urbanismo, da educação, história, engenharia, ciências biológicas, geografia, conselheiros municipais, agricultores, associações e movimentos étnicos, ambientais, culturais, da economia solidária, acadêmicos, aposentados, de ampla faixa etária, moradores de diversos bairros de todas as regiões urbanas da cidade e pelo menos uma rural, enfim, cidadãos interessados e com diversificadas vivências, percepções e expectativas em relação à nossa cidade e Município.

Com as considerações e detalhamento das solicitações no anexo deste ofício (Anexo I – Solicitação de Oficinas Temáticas e Contribuições para a Metodologia de Revisão do Plano Diretor de Araçatuba), nos sentimos gratos pelo certo acolhimento e pela oportunidade de nos apropriarmos, juntos, da gestão democrática participativa da nossa cidade neste momento que consideramos não um fim de processo, mas um dos principais marcos da democracia no seu sentido mais profundo: a Revisão [efetivamente] Participativa do Plano Diretor.

Sendo o que havia para o momento, relevamos nossas estimas frente ao empenho de vossa pessoa por uma cidade plenamente democrática, participativa, mais sustentável, inclusiva, acolhedora e geradora de riqueza.

Atenciosamente,

RODRIGO CELLA

Coordenador das atividades:

“A Sociedade Civil Conversa: Revisão do Plano Diretor de Araçatuba”

Conselheiro Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA)

Representante do COMDEMA na Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor (CT-RPD)



MOVIMENTO

A CIDADE É NOSSA! MAIS AMOR ARAÇATUBA

Araçatuba, 08 de agosto de 2022

ANEXO I

Referência: Ofício nº 001/2022-ACN

SOLICITAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE OFICINAS TEMÁTICAS NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES

O MOVIMENTO A “CIDADE É NOSSA! MAIS AMOR, ARAÇATUBA”.

1. O movimento “A Cidade é Nossa! Mais Amor Araçatuba” conta com aproximadamente cinquenta pessoas de diversas profissões e segmentos da sociedade como arquitetos-urbanistas, professores, engenheiros, estudantes, profissionais liberais, agricultores familiares, cooperados, trabalhadores de diversas áreas, membros de associações de defesa de direitos difusos e sociais, membros de Conselhos Municipais de Controle Social e Participação Social, cidadãos interessados inicialmente na revisão efetivamente participativa do Plano Diretor de Araçatuba, e agora também na gestão democrática e participativa da cidade.

CONSIDERANDOS

2. Considerando que o Plano Diretor Municipal de Araçatuba está em processo de revisão participativa e que este, pode-se dizer, é o principal marco da gestão democrática participativa do Município;



MOVIMENTO

A CIDADE É NOSSA! MAIS AMOR ARÇATUBA

3. Considerando que a Revisão do Plano Diretor não inicia e tampouco encerra a gestão democrática participativa do Município, mas que é o momento em que todas as regiões e seguimentos trabalham juntos no pensar 'a cidade que temos' e idealizar 'a cidade queremos', nos limites da 'cidade possível' no que a realidade, a ciência, as leis e os regulamentos nos permitem vislumbrar e assim compilar as diretrizes mais adequadas para nortear as complexas dinâmicas sociais, de gestão, desenvolvimento, alterações e expansão urbana no Município;
4. Considerando a nossa Constituição Cidadã de 1988 e o Estatuto da Cidade de 2001 que garantem e disciplinam a Gestão Democrática com o Controle Social e Participação Popular efetivos e perenes, inclusive na Revisão de Planos Diretores Municipais;
5. Considerando que na Concorrência Pública nº. 015-2018 e seus anexos era prevista a realização de no mínimo 18 oficinas participativas de revisão do Plano Diretor;
6. Considerando que o contrato entre a Prefeitura e Empresa vencedora da Concorrência Pública referida tem instrumento para prorrogação de prazo de execução dos serviços por meio de termo aditivo quando devidamente fundamentado e justificado, sendo assim, não devendo a situação de emergência sanitária decorrente da pandemia de Covid-19 justificar a aprovação da revisão do Plano Diretor sem a efetiva participação popular e controle social desde a elaboração e aprovação da metodologia até as audiências públicas finais de ratificação, passando no mínimo pelas 18 oficinas participativas estipuladas além de outros instrumentos participativos adicionais;
7. Considerando que a Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor (CTRPD) tem a atribuição de participar de todos os processos da revisão do plano diretor, inclusive na formulação, aprovação e acompanhamento da aplicação da metodologia e estratégias, bem como na análise dos diagnósticos e prognósticos participativos e a garantia da inserção das proposições populares pertinentes.
8. Considerando que a CTRPD deve ter em sua composição os mais diversificados representantes de segmentos da sociedade e de regiões peculiares da cidade e que em nenhum trabalho realizado até o momento pela CTRPD houve efetividade da participação da sociedade civil, pelo contrário, apresentando pífia presença da sociedade civil.



MOVIMENTO

A CIDADE É NOSSA! MAIS AMOR ARÇATUBA

9. Considerando a Nota Técnica Nº 01/2022 emitida pelo Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública do Estado de São Paulo após solicitação de consulta feita pela Defensora Pública Nelise Christino de Castro Santos Ogawa, Nota Técnica que concluiu por 16 apontamentos técnicos de inconformidades na Revisão Participativa do Plano Diretor.
10. **VIMOS POR MEIO DESTE DOCUMENTO BUSCAR CONTRIBUIR COM A EFETIVA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.**

OBJETIVOS

11. Com o objetivo de contribuir com a efetiva participação popular na revisão do Plano Diretor Municipal de Araçatuba o movimento 'A Cidade é Nossa! Mais Amor, Araçatuba' idealizou e realizou duas rodas de conversa virtuais sobre o Plano Diretor intituladas "**A Sociedade Civil Conversa: Revisão do Plano Diretor de Araçatuba/SP**"
12. A primeira ocorreu no dia 03 de agosto de 2022, uma quarta-feira, iniciada às 19h30, cujo gravação está disponível na plataforma do *YouTube* e pode ser acessada e assistida pelo público por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=a2bvTioDi1I>.
13. A segunda ocorreu no dia 06 de agosto de 2022, um sábado, iniciada às 9h15, cujo gravação está disponível também na plataforma do *YouTube* e pode ser acessada e assistida pelo público por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=Osvg2zni6Ps>.
14. Nestas atividades houve a introdução de boas-vindas, contextualização e objetivos, falas temáticas de introdução com urbanistas, estudante e representante de movimento social e a roda de conversa onde todos participantes tiveram a oportunidade de se manifestar pela fala e no chat.
15. Participaram 30 pessoas moradores de diversos bairros de várias regiões da cidade e uma região rural e com faixa etária variando de jovens adultos a idosos. Diversas também eram as profissões dos participantes como estagiários, professores, corretor de imóveis, agricultor familiar, arquitetos urbanistas, artesã, engenheiro, administrativo, aposentados entre outros.



MOVIMENTO

A CIDADE É NOSSA! MAIS AMOR ARÇATUBA

16. Vários dos participantes são ativistas ou apoiadores de uma gama de movimentos, causas e instituições de defesa de direitos difusos e sociais: embora não estivessem representando tais instituições, movimentos ou causas podemos citar: membros das ONGs ambientalistas Clube da Árvore e Associação do Grupamento Ambientalista AGA Brasil; associação Observatório Social do Brasil; associação AFubesp, Associação de Artesanato Estação Taveira, OCCA Organização de Cultura e Comunicação Alternativa, Associação Indígena de Araçatuba e Região – ASSINDAR, Conselheiros e Ex-Conselheiros de Meio Ambiente, de Segurança Alimentar, da Mulher, da Igualdade Racial, da Cultura, da Saúde, de Turismo, movimentos Laudato Si’, ‘O Patrimônio é Nosso’, ‘Comunidade Sustenta Agricultura CSA’, ‘sindicalismo’, ‘agricultura ecológica’, ‘feminismo’, ‘ambientalismo’, ‘transparência e combate à corrupção’, ‘proteção animal’ entre outros.
17. Alguns dos participantes são especialistas na temática Plano Diretor, como os urbanistas. Alguns embora não especialistas, já participaram ou participam de mecanismos de controle social e participação cidadã em Revisões de Planos Diretores, Conselhos de Políticas Públicas, Audiências Públicas e movimentos. Outros possuíam pouco repertório sobre Plano Diretor e participação social, mas genuíno interesse em aprender e se apropriar de seu papel de cidadão participativo na vida da pólis. E essa diversidade foi enriquecedora para a atividade resultando em aprendizados e troca de saberes.

CONTRIBUIÇÕES

18. Houveram diversas contribuições e chegou-se a dois denominadores:
- a. A Câmara Técnica de Revisão do Plano Diretor **deve atuar efetivamente** iniciando pela análise atenciosa da Nota Técnica da Defensoria Pública e depois:
 - i. Fazer chamamento público para inserir outras organizações, movimentos, lideranças e pessoas com destacado conhecimento e atuação da sociedade civil e que se disponibilizem para fazer parte para ampliar as representações na CTRPD de forma impessoal;
 - ii. Com a nova composição e nomeação, a CTRPD deve solicitar o Plano de Ação para analisar a metodologia e estratégias da revisão do Plano Diretor e contribuir



MOVIMENTO

A CIDADE É NOSSA! MAIS AMOR ARÇATUBA

com proposição de alterações para o melhor atendimento aos princípios e ditames do Estatuto da Cidade e boas práticas de Controle Social, Gestão Participativa e Revisão Participativa de Planos Diretores; e

iii. Acompanhar a divulgação e o preparo e das Oficinas Temáticas Participativas, bem como as Oficinas Regionais Participativas, participar delas, avaliar e propor mudanças para maior adesão da população quando verificar o insucesso ou não efetividade da participação popular ou qualidade das informações alcançadas;

b. **REALIZAÇÃO DE OFICINAS TEMÁTICAS:** a maioria das falas nas atividades das rodas de conversa virtuais que realizamos, transversalmente passaram pela necessidade de realização de Oficinas Temáticas já que os assuntos abordados requeriam um entendimento aprofundado e articulado. Isso aponta para a necessidade do auxílio de mapas, infográficos, estudos e a necessidade de interlocução e mediação por pessoas especializadas que tornem os dados, estudos técnicos e outras informações inteligíveis e assimiláveis ao público participante da oficina.

OFICINAS TEMÁTICAS

19. Solicitamos que sejam realizadas as seguintes Oficinas Temáticas:

I. CONTROLE SOCIAL, GESTÃO PARTICIPATIVA E CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

- a. Transparência para o Controle Social no Município de Araçatuba – identificação, diagnóstico e prognóstico;
- b. Instrumentos de Gestão Participativa do Município de Araçatuba – identificação, diagnóstico e prognóstico;
- c. Conselhos de Políticas Públicas do Município de Araçatuba – identificação, diagnóstico e prognósticos;
- d. Conselho de Transparência e Controle Social – Conselho consultivo e deliberativo com atribuições de: controle social em relação à Transparência e em relação à regularidade funcional dos demais Conselhos Municipais e Ouvidoria; garantia da aplicação nos casos necessários dos instrumentos de chamamento público, audiências públicas e referendos; entre outras atribuições.



MOVIMENTO

A CIDADE É NOSSA! MAIS AMOR ARÇATUBA

-
- e. Diretrizes gerais de: estrutura; composição; funcionamento; registro das assembleias; das deliberações administrativas, regimentais e de precedentes regimentais; registro das resoluções normativas; registro das moções de apoio e de repúdio; publicação em diário oficial eletrônico das convocações e pautas das assembleias; publicação em diário oficial eletrônico das atas; publicação em diário oficial eletrônico do regimento, suas alterações e precedentes regimentais; diretrizes para publicação em plataforma digital das convocações das assembleias, vídeos das assembleias ou atividades, atas das assembleias ou atividades, documentos e estudos.

II. EXPANSÃO URBANA

- a. Analisar as pretensas áreas de expansão urbana em relação à bacia hidrográfica, saneamento, meio ambiente, sistema viário, social, entre outros, diagnosticando cada área singular.
- b. Impedir a expansão urbana em áreas cujo diagnóstico aponte para essa necessidade;
- c. Dar diretrizes integradas para o futuro parcelamento do solo, usos e ocupações das áreas cujo diagnóstico aponte para a possibilidade da expansão urbana, definindo conforme os respectivos diagnósticos das áreas de expansão: fatores de densidade populacional; requisitos para a infraestrutura de saneamento; traçados viários hierarquizados; parques lineares urbanos de fundos de vales; restrições de atividades; áreas de interesse para equipamentos urbanos de saneamento, institucionais, de mobilidade, verdes e de lazer; .

III. ÁREA DE MANANCIAIS

- a. Mapeamento;
- b. diretrizes de uso e ocupação;
- c. diretrizes de manejo do solo;
- d. diretrizes de prioridade de recuperação ambiental;
- e. diretrizes sobre uso de agrotóxicos e adubação química;
- f. diretrizes sobre PSA de áreas adicionais de preservação permanente, de vegetação ciliar e de floresta nativa;
- g. diretrizes para o PSA para agricultores familiares em regularidade ambiental ou em processo de regularização ambiental da propriedade;
- h. diretrizes para o incentivo de agricultura ecológica e agroflorestal;
- i. identificação, prognóstico e diagnóstico.



MOVIMENTO

A CIDADE É NOSSA! MAIS AMOR ARÇATUBA

IV. FUNDOS DE VALES URBANOS

- a. Identificação e mapeamento dos Fundos de Vales Urbanos e da Expansão Urbana;
- b. Criação de regulamentos para a urbanização e requalificação urbana dos Fundos de Vales Urbanos e de Expansão Urbana;
- c. Análise dos fundos de vales urbanos e diretrizes para a renaturalização dos corpos d'água quando pertinente, equipamentos de combate às inundações, equipamentos de saneamento, áreas de preservação, áreas e equipamentos de lazer, esportivos e culturais, mobilidade não motorizada;
- d. Identificação, diagnóstico e prognóstico;

V. MEIO AMBIENTE URBANO – EIXO SANEAMENTO E SAÚDE TOTAL

- a. Integração com as oficinas: “Meio ambiente urbano – eixo eco, clima, paisagem e bem estar”; “Área de mananciais”; “Fundos de Vales Urbanos”; “Desapropriações e Direito de Preempção na adaptação da cidade”; “Solo urbano – propriedade, parcelamento e empreendimentos”;
- b. Classificação dos corpos hídricos superficiais: identificação, diagnóstico e prognóstico;
- c. Áreas de inundação: identificação, diagnóstico e prognóstico;
- d. Áreas com deficiência de micro e meso drenagem: identificação, diagnóstico e prognóstico;
- e. Macrodrenagem: áreas sujeitas a inundações; erosões; assoreamento; trechos de entubamentos de córregos urbanos e renaturalização; áreas de canalização de córregos urbanos e renaturalização; áreas de retificação de córregos urbanos e renaturalização; áreas de várzeas e leito maior, preservação ou integração com equipamentos de combate a inundações e suavização da vazão pico de cheia; identificação, diagnóstico e prognóstico.
- f. Áreas contaminadas: identificação, diagnóstico e prognóstico;
- g. Áreas de importância para o saneamento: ETE; EEE; ETAs; Emissários; Adutoras; Reservatórios; Aterro Sanitário; Usina de Triagem e Compostagem de Resíduos Urbanos; Usina de Resíduos da Construção Civil e Aterro de rejeitos inertes do RCC; Ecopontos; áreas de descarte irregular de resíduos; identificação, diagnóstico e prognóstico.
- h. Infectologia e Zoonoses – mapeamento das áreas de ocorrência; avaliação das características das áreas de ocorrência para identificação de fatores de influência; identificação, prognóstico e diagnóstico;



MOVIMENTO

A CIDADE É NOSSA! MAIS AMOR ARÇATUBA

VI. MEIO AMBIENTE URBANO – EIXO ECO, CLIMA, PAISAGEM E BEM ESTAR.

- a. Integração com as demais oficinas temáticas pertinentes;
- b. Áreas Especiais de Interesse Ambiental: identificação, diagnóstico e prognósticos;
- c. Arborização Urbana: revisão participativa do Plano Municipal de Arborização Urbana; floresta urbana; programas de gestão da arborização urbana; identificação, diagnóstico e prognóstico;
- d. Praças: identificação, diagnóstico e prognóstico;
- e. Áreas Verdes: identificação, diagnóstico e prognóstico;
- f. Parques Ecológicos Urbanos (função prioritária de preservação, conservação e educação ambiental): identificação, diagnóstico e prognóstico;
- g. Áreas para implantação de novos Parques Ecológicos Urbanos: identificação, diagnóstico e prognósticos;
- h. Parques Verdes Urbanos (função prioritária de lazer e atividades ao ar livre): identificação, diagnóstico e prognóstico;
- i. Áreas para implantação de novos Parques Verdes Urbanos: identificação, diagnóstico e prognóstico;
- j. Programas de gestão dos Parques, Áreas Verdes e Sistema de Lazer: parcerias público/privadas, adoção de áreas verdes e sistemas de lazer e manutenção; identificação, diagnóstico e prognóstico;

VII. MEIO AMBIENTE RURAL – EIXO ZONEAMENTO SOCIAL E PRODUTIVO

- a. Bairros Rurais, Assentamentos Rurais, Acampamentos Rurais, Núcleos de Habitações Humanas Rurais – equipamentos públicos, saneamento, outras infraestruturas e condições viárias de acesso: identificação, diagnóstico e prognóstico;
- b. Zoneamento de áreas de produção ecológica, orgânica, apicultura, meliponicultura e outras atividades sensíveis à agrotóxicos; diretrizes específicas para estas áreas e proximidades; identificação, diagnóstico e prognósticos;
- c. Integração com as oficinas sobre “Área de Mananciais”, “Meio Ambiente Rural – Eixo Ecológico, Biológico, Geológico e Físico” e “Economia Solidária”;
- d. Economia Solidária para os agricultores familiares, ecológicos; incentivo e prioridade no apoio e subsídios para programas de pagamento por serviços ambientais, regularização ambiental, turismo rural, desenvolvimento de produção camponesa de produtos inclusive por meio do fomento de cooperativas camponesas;



MOVIMENTO

A CIDADE É NOSSA! MAIS AMOR ARÇATUBA

VIII. MEIO AMBIENTE RURAL – EIXO ECOLÓGICO, BIOLÓGICO, GEOLÓGICO E FÍSICO

- a. Integração com as oficinas sobre “Área de Mananciais”, “Meio Ambiente Rural – Eixo Zoneamento Social e Produtivo” e “Expansão Urbana” (Expansão Urbana principalmente à relacionada à condomínios e empreendimentos turísticos próximos ao Lago Três Irmãos) e “Turismo”;
- b. Caracterização biótica, abiótica e antrópica com mapas e descrições; identificação, diagnóstico e prognóstico;
- c. Identificação de áreas que necessitam de especial cuidados ambientais para análise da necessidade de criação de Unidade de Conservação na modalidade mais adequada conforme o SNUC;
- d. Turismo ambiental/ecológico na área rural: identificação de potencialidades, diagnóstico e prognóstico;
- e. Criar programa de Gestão de Vegetação Nativa Remanescentes para avaliação técnica periódica e intervenções para conter a degradação e promover a recuperação e qualidade ecossistêmica, bem como a conectividade com outros remanescentes; degradação por pastoreio de animais de corte; degradação por acometimento de incêndios; degradação por efeito de borda; degradação por espécie exótica invasora; diretrizes de avaliação da qualidade ecossistêmica e diretrizes para intervenções quando necessário;
- f. Corredores de Biodiversidade: análise das características bióticas, abióticas e antrópicas para identificação, diagnóstico e proposição de corredores de biodiversidade;
- g. Corredores de Biodiversidade: diretrizes para transposição de barreiras, conflitos e riscos relacionados a fluxo de animais silvestres (estradas, empreendimentos, núcleos urbanos, entre outros); identificação, diagnóstico e prognóstico;

IX. DESAPROPRIAÇÕES E DIREITO DE PREEMPÇÃO NA ADAPTAÇÃO DA CIDADE

- a. Instrumentos de desapropriação e de direito de preempção na adaptação da cidade;
- b. Criar o Fundo Municipal de Desapropriação e Aquisição de Imóveis pelo Direito de Preempção para maior funcionalidade destes instrumentos na adaptação da cidade, requalificação urbana de áreas ocupadas irregularmente, de áreas de risco, de áreas de necessárias intervenções por infraestrutura de mobilidade, saneamento ou equipamentos institucionais municipais;



MOVIMENTO

A CIDADE É NOSSA! MAIS AMOR ARÇATUBA

- c. Identificação das áreas, lotes e glebas passíveis de aplicação dos instrumentos de Direito de Preempção e Desapropriação para a adaptação urbana; identificação, diagnóstico e prognóstico;

X. SOLO URBANO – PROPRIEDADE, PARCELAMENTO E EMPREENDIMENTOS

- a. Análise das diretrizes; identificação, diagnóstico e prognóstico;
- b. Loteamentos urbanos: legislação, normas e diretrizes; identificação, diagnóstico e prognóstico;
- c. Desdobro: legislação, normas e diretrizes; identificação, diagnóstico e prognóstico;
- d. Parcelamento de glebas não loteadas para fins urbanos: normas e diretrizes; aspectos do adensamento populacional frente a possível baixa disponibilidade de sistema viário, área verde, sistema de lazer, áreas institucionais e infraestruturas de saneamento; restrições de empreendimentos que causem adensamento populacional ou expressivo incremento de fluxos de pessoas e trânsito em lotes ou glebas que não foram derivadas de loteamentos formais urbanos;
- e. Loteamentos com controle de acesso e condomínios de lotes: análise da legislação, normas e diretrizes; restrição de área máxima, tamanho de muros, acessibilidade, segurança; identificação, análise, diagnóstico e prognóstico;
- f. Empreendimentos com potencial de impacto de vizinhança: aumento de fluxo viário, estruturas de saneamento; potencial de incômodo à vizinhança com barulho, odores e outros; diretrizes e restrições; identificação, diagnóstico e prognóstico;
- g. Nas áreas de Zona Azul ter diretrizes adequadas para novos empreendimentos que provoquem mais demanda de vagas de estacionamento na via pública, exigindo que empreendimentos que impactem na demanda de mais de 5 ou mais vagas por hora ofereçam estacionamento gratuito próprio ou conveniado; bem como mais vagas prioritárias de curta duração nas regiões de concentração de serviços de saúde ou nas proximidades de estabelecimentos de saúde;
- h. Aplicar IPTU progressivo para as áreas “vazios urbanos” de especulação imobiliária ou não; identificação, diagnóstico e prognóstico;

XI. PATRIMÔNIO CULTURAL

- a. Mapeamento participativo dos imóveis, locais, monumentos e/ou paisagens de interesse histórico e/ou cultural; identificação, diagnóstico e prognóstico;



MOVIMENTO

A CIDADE É NOSSA! MAIS AMOR ARÇATUBA

- b. Políticas de gestão, proteção e preservação do patrimônio histórico-cultural; identificação, diagnóstico e prognóstico;
- c. Zona de proteção ao patrimônio; identificação, prognóstico e diagnóstico;
- d. Manual Municipal de preservação/conservação do patrimônio histórico-cultural: atualização;
- e. Integração das políticas de gestão, proteção e preservação do patrimônio histórico-cultural com o turismo e economia criativa; identificação, prognóstico e diagnóstico;

I. MOBILIDADE URBANA

- a. Identificação, diagnóstico e prognóstico
- b. Programas de educação na mobilidade; identificação, diagnóstico e prognóstico;
- c. Transporte público coletivo: identificação, diagnóstico e prognóstico;
- d. Mobilidade não motorizada: zonas e vias de proibição de carroças de tração animal; ciclovias; identificação, diagnóstico e prognóstico;
- e. Atualização Participativa do Plano de mobilidade: avaliação do cumprimento das metas e diretrizes;

II. ECONOMIA SOLIDÁRIA

- a. Economia solidária e desenvolvimento local; identificação, diagnóstico e prognóstico;
- b. Programas de desenvolvimento socioeconômico existentes: identificação, diagnóstico e prognóstico;
- c. Integração com a Gestão de Sistemas de Lazer e outros lotes, glebas ou outras áreas municipais para a implantação de hortas comunitárias;
- d. Integração com políticas de estímulo e apoio à agricultura familiar, agricultura ecológica, cooperativas e associações de atuação no âmbito do saneamento e meio ambiente, pagamento por serviços ambientais;
- e. Criação da Casa da Economia Solidária: capacitação, criação das ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares), cursos, orientações, pesquisas.
- f. Criação do Conselho Municipal de Economia Solidária ou integração com o Conselho de Desenvolvimento Econômico;
- g. Criação de um Plano Municipal de Economia Solidária ou criação de Programa de Economia Solidária pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico;